

As cartas jesuíticas como fonte de estudo da ação missionária

The Jesuit letters as a source of study of missionary activity

Márcia Campos

Mestranda em História do Brasil
Universidade Salgado de Oliveira
saquamarciacampos@hotmail.com

Recebido em: 01/06/2014
Aprovado em: 29/06/2014

RESUMO: O presente artigo tem como objeto de estudo as *cartas jesuíticas* como fonte privilegiada para entender o pensamento dos primeiros missionários enviados pela *Companhia de Jesus* ao Brasil e reconstruir um olhar sobre a experiência por eles vivida. Através de um “outro olhar”, condizente com estudos recentes, o missionário pode ser visto não como o vencedor ou dominante que se impõe, mas como um agente que via na evangelização e conversão a única forma de conquistar e garantir a ocupação das novas regiões agregadas à esfera de ação católica.

PALAVRAS-CHAVE: Jesuítas, Cartas, Missionação

ABSTRACT: The present article has as its object of study the *jesuit letters* as a privileged source to understand the thinking of the first missionaries sent out by the *Society of Jesus* to Brazil and rebuild a look about the experience for them. Through a "different look", concerning to recent studies, the missionary cannot be seen as the winner or ruler who imposes itself, but as an agent who saw evangelism and conversion the only way to win and ensure the occupation of new regions aggregated to the sphere of the catholic action.

KEYWORDS: Jesuits, Letters, Missionary Work.

A reconstrução do olhar sobre a ação missionária

Nas cartas, os missionários apareciam como os companheiros de Jesus que queriam, segundo os Exercícios Espirituais, ser colocados ao lado do Cristo pobre e padecer com ele. Mas para esse seguimento, os padres precisavam saber o que fazer para alcançar seus fins. As cartas constituíam assim um espaço de tensão, de negociação, de recuos e principalmente de ação.¹

O presente artigo utiliza como fonte privilegiada as *cartas jesuíticas* escritas pelos missionários da *Companhia de Jesus* que atuaram nas primeiras missões enviadas ao Brasil. Fonte preciosa para entender o pensamento desses homens em seu tempo, as *cartas* refletem o pensamento dos membros da *Companhia de Jesus* em relação ao trabalho missionário, aos índios aldeados e aos que não aceitaram o aldeamento, ao processo de conquista e à atuação das

¹ LONDONO, Fernando Torres. *Escrevendo cartas. Jesuítas, escrita e missão no século XVI*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v.22, n. 43, 2002, p. 29-30.

monarquias católicas no espaço ultramarino, em momento de grande efervescência cultural, política, social e religiosa pelo qual passava a sociedade. Conforme nos descreveu Peláez

Apesar de la oposición de algunos historiadores a una forma tradicional de narración histórica que deja de lado la historia estructural, lo que sí es cierto es que el relato nunca ha podido ser totalmente abandonado. Su valor se reafirma actualmente cuando los historiadores han emprendido una búsqueda de nuevas formas narrativas.²

Apesar de sua estrutura narrativa, pois baseia-se em relatos cuja personalidade de seus autores tornam-se muitas vezes evidentes, essa fonte é uma preciosidade para que possamos entender o pensamento desses homens em seu tempo e reconstruir um olhar sobre a experiência vivida. É uma fonte insubstituível na reconstituição de um passado, que nos serve como narrativa de atividades humanas relevantes para a nossa pesquisa e que nos ajuda a interpretar e reproduzir fatos por nós escolhidos para compor a reconstrução da realidade passada. Como nos afirma Falcon

Explica-se a partir daí por que de uma maneira ou de outra os historiadores de todas as obediências teóricas postulavam então o caráter imprescindível das fontes documentais, enquanto restos, ou testemunhos, documentos/monumentos, de uma realidade (passada) que compete ao historiador recriar/reproduzir, ou interpretar/analisar, a partir do material documental por ele achado/descoberto/produzido.³

Nesse sentido, tão importante quanto ser um “instrumento insubstituível” na reconstituição de um passado, faz-se necessário avaliar o contexto histórico em que essas cartas foram escritas, bem como analisar o universo sócio-político do autor e daqueles a quem essas cartas foram destinadas. Para utilizar documentalmente as cartas jesuíticas devemos levar em conta que são relatos parciais da realidade que descrevem, e que se faz necessária uma cuidadosa análise observando a parcialidade inerente a essa documentação, bem como a interferência de suas compilações.

Serafim Leite já apontava para essa interferência

O fato de as cartas serem traduzidas e, depois de censuradas, serem editadas para edificação de um público leigo, na Europa, acompanhava-se da sua remessa para todas as conquistas, de modo que um missionário chinês podia ler sobre a ação de um indiano ou brasileiro, e vice-versa.⁴

² PELÁEZ, Maria Cristina Navarrete. *Las Cartas Annuas jesuítas y la representación de los etíopes en el siglo XVII*. In: Chavez Maldonado, María Eugenia (edit). *Genealogías de la diferencia: tecnologías de la salvación y representación de los africanos esclavizados en Iberoamérica colonial*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2008, p. 88.

³ FALCON, Francisco J.C. *A identidade do historiador*. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca digital da FGV, 1996, vol. 1, nº 1, p. 17.

⁴ LEITE, Serafim. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, v. 1, p. 53-60.

Como se depreende da análise de Serafim Leite, ele mesmo um jesuíta, as cartas que nos chegaram passaram por três processos distintos: a tradução, a censura e a edição.⁵ Em cada passo deste percurso foram depuradas informações, com realce ao que edificava e redução da importância, ou mesmo omissão, do que depunha contra o trabalho missionário da Companhia.

Outra questão que deve ser analisada ao se utilizar as cartas jesuíticas como fonte de pesquisa diz respeito à política da *Companhia de Jesus* para a escrita e circulação de cartas, sua composição formal e a relação com a tradição do gênero epistolográfico – obras escritas em forma de cartas ou epístolas de valor histórico, literário e documental.

Ao analisar as cartas jesuíticas de Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, bem como de outros jesuítas, padres e irmãos que atuaram como missionários no Brasil, não podemos deixar de percebê-las como importante estratégia de produção literária, de fortalecimento e disseminação do pensamento jesuítico e das atividades desenvolvidas pela *Companhia de Jesus*, no âmbito da Monarquia Católica portuguesa e dos avanços da Reforma protestante.

Para Pécora, as cartas

não são absolutamente uma tábua em branco impressionada por acontecimentos vividos pelos missionários – nem objetivamente, como representação ou notícia da gente e terra do Brasil; nem subjetivamente, como impacto sentimental ou expressivo dessa notícia em certa mentalidade católica européia (...), devem ser vistas, antes de mais nada, como um mapa retórico em progresso da própria conversão.⁶

A nossa preocupação em compreender a estrutura retórica das cartas se faz necessária para que possamos entender melhor o contexto literário e cultural daquela época e analisar de maneira mais apropriada as narrativas das quais são compostas. Entender essa retórica não se trata apenas de buscar uma justificativa para saber se existe veracidade ou não no discurso desses missionários, mas nos ajuda a entender a visão desse missionário no contexto em que ele estava inserido.

Num primeiro momento, podemos observar como a correspondência jesuítica é articulada a partir de uma relação dialógica de um destinador que envia informações a um destinatário; nessa relação dialógica, era comum os membros da *Companhia de Jesus* se tratarem como “amigos ou irmãos em Cristo”, o que pode ser entendida como uma relação *familiaris*, mais objetiva e

⁵ O próprio Inácio de Loyola, em carta a Pedro Fabro, já demonstrava sua preocupação com a escrita das cartas, e a necessidade da censura e edição das mesmas, diante de tantos assuntos desnecessários enviados pelos irmãos. “Falamos de assuntos que não vêm ao caso. Sabendo esses amigos que temos cartas de um ou de outro, passamos vergonha e damos mais desedificação do que edificação.” Cf.: LOYOLA, Inácio. *Carta ao PE. Pedro Fabro*. In: *Cartas Santo Inácio de Loyola, nos 450 anos da morte de Santo Inácio*. Organização e seleção de Antonio Jose Coelho, S.J. Braga, Portugal: Editorial do Apostolado da Oração, 2006, p. 253.

⁶ PÉCORA, Alcir. *Arte das Cartas jesuíticas do Brasil*. In: *Voz Lusíada. Anais do Encontro Internacional Nóbrega-Anchieta*. São Paulo: Green Forest do Brasil, 1999, v. 1, p. 31-32.

amigável, ou *negotialis*, quando são discutidas medidas administrativas e doutrinárias que envolvem a ação evangelizadora.

Nesse sentido, segundo Hansen a correspondência jesuítica cumpre as funções propostas pelas *Constituições*, quando

Fornece informações sobre o andamento da ação, tratando tanto de negócios exteriores quanto interiores à Ordem e propaga e reforça internamente o controle, a obediência e a piedade da sua *devotio moderna*. No primeiro sentido, evidencia-se como uma espécie de mecanismo de captação de dados que, ao informar os superiores sobre problemas da Ordem, que vão desde a falta de roupas e alimentos e o pedido de livros até o desânimo ou o martírio de algum padre, também realimenta os mecanismos de correção e aperfeiçoamento da disciplina, já evidentes no simples ato de se escrever a carta, cumprindo-se determinação superior.⁷

Nos dois casos, *familiaris ou negotialis*, o discurso trata de matéria de informação sobre as atividades missionárias, com elementos doxológicos e teórico-doutrinários, podendo ser ao mesmo tempo conceituada como “carta” ou “epístola”. Em relação a doxologia, as cartas procuravam exaltar a glória de Deus, com uma exaltação tradicional que geralmente dava início aos temas e discussões típicas das *bijuelas*, cartas que tratavam de assuntos internos à ordem: “Que o amor e a graça do Nosso Senhor Jesus Cristo sempre vos proteja e ampare”.

Grosso modo, é preciso observar que as epístolas jesuíticas não são apenas uma descrição da ação missionária, mas a sua principal estratégia de atuação, com um forte caráter retórico e teológico-político. Segundo Eisenberg,

a reprodução e expansão das atividades missionárias jesuíticas dependiam também da publicidade de seus feitos para além dos limites da Companhia, buscando assim o reconhecimento daqueles que lhes prestavam ajuda política e financeira: o papado e os reis católicos europeus.⁸

Portanto, para escrever essas correspondências havia uma regulamentação imposta pela *Companhia de Jesus* expressa nas *Constituições*, cuja circulação e leitura deveria atender a determinadas especificações, que são elas: informação, reunião de todos em um e experiência mística devocional.⁹ Entender a sua estrutura retórica e formal é essencial no entendimento de seu conteúdo.

As *Constituições* da *Companhia de Jesus* estão divididas em dez partes, sendo que a oitava parte, intitulada “Fomento da União entre os membros da Companhia”, trata justamente das

⁷ HANSEN, João Adolfo. O nu e a luz: cartas jesuíticas do Brasil. Nóbrega – 1549-1558. *Revista Inst. Est. Bras.*, São Paulo, 1995, p. 88.

⁸ EISENBERG, José. *As Missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 50.

⁹ PÉCORÁ, Alcír. *Arte das Cartas jesuíticas do Brasil*, p. 39.

normas que regem as correspondências dos membros da Ordem. No parágrafo 673, Loyola fez questão de atribuir à correspondência um importante instrumento de unidade:

Concorrerá também de maneira muito especial para esta união [da cabeça com os membros em geral], a frequente correspondência epistolar entre súditos e superiores, com o intercâmbio de informações entre uns e outros, e o conhecimento das notícias e comunicações vindas das diversas partes. Este encargo pertence aos superiores, em particular ao Geral e aos Provinciais. Eles providenciarão para que em cada lugar se possa saber o que se faz nas outras partes, para consolação e edificação mútuas em Nosso Senhor.¹⁰

De fato, a correspondência entre os membros da Companhia atingiu os objetivos iniciais, permitindo que a unidade da Companhia fosse mantida e que novas estratégias fossem traçadas através de informações enviadas pelas cartas. Além do estabelecimento de regras em relação à escrita das correspondências, Loyola determinou que as cartas fossem escritas em línguas modernas, visando facilitar o entendimento entre todos, uma vez que os jesuítas provinham de partes diferentes da Europa.¹¹ Entre as regras determinadas pelas *Constituições*, os irmãos deveriam escrever dois tipos de cartas, atendendo a interesses diferentes: As chamadas “cartas edificantes” e as *bijuelas*. Nas cartas edificantes, como o próprio nome já diz, os jesuítas deveriam narrar notícias de convencimento em relação a sua prática pastoral na colônia, buscando, entre outras coisas, conquistar a simpatia do leitor, seja ele religioso ou leigo, e atrair novos “adeptos” para o trabalho missionário. Nas *bijuelas*, os missionários tratavam de vários assuntos, buscando informar ao provincial, e este ao Geral, sobre as atividades desenvolvidas pelo trabalho missionário. É o que Branco chamou de ‘*governo pela pena*’:

De fato, não se pode negar que uma certa unidade no modo de proceder foi então mantida através da correspondência, pois, conforme determinava o texto das *Constituições*, os jesuítas enviavam com a maior brevidade e regularidade possível, as cartas que informavam ao Geral sobre as atividades que desenvolviam. Por conseguinte, embora pouco se ausentasse da cidade eterna, Inácio de Loyola exerceu sobre os destinos da Companhia um verdadeiro *governo pela pena*, que se estendeu aos seus sucessores, particularmente aqueles que dirigiram os destinos da ordem inaciana durante o século XVI, Diego Laynez (1556-1565); Francisco Borgia (1565-1572); Everardo Mercuriano (1573-1580) e Claudio Aquaviva (1580-1615).¹²

Para definir o aspecto formal da epistolografia jesuítica, o fundador da *Companhia de Jesus*, Inácio de Loyola tomou como base a tradicional *Ars Dictaminis medieval*, do século XI, utilizando esse estilo retórico nas cartas edificantes. Essa tradição, que dizia respeito a sistematização da

¹⁰ *Constituições da Companhia de Jesus*. [anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação]. São Paulo: Edições Loyola, 1997, p. 211.

¹¹ A medida foi facilmente implantada, pois a maior parte dos jesuítas falava línguas neolatinas, principalmente o espanhol e o português. Cf.: EISENBERG, José. *As Missões jesuíticas e o pensamento político moderno*, p. 48-49.

¹² BRANCO, Mário Fernandes Correia. *Para a maior glória de Deus e serviço do reino: as cartas jesuíticas no contexto da resistência ao domínio holandês no Brasil do século XVII*. Tese (Doutorado) – UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010, p. 14. Grifado no original.

escrita epistolográfica, defendia a divisão da epístola em cinco partes: *salutatio*, *benevolentiae captatio*, *narratio*, *petitio* e *conclusio*. Muitos pensadores, como os humanistas, discordavam da tradição *ars Dictaminis medieval* e defendiam a ideia de que a “carta” deveria ser um espaço para uma conversação informal (*sermo*), o que gerou uma oposição entre o modelo formal (*contentio*) e o informal (*familiaris/sermo*).¹³

Segundo Pécora, buscando maior flexibilidade em relação a instituição epistolar, Loyola optou por um modelo mais flexível do gênero, utilizando dois tipos de cartas, seguindo a oposição *sermo/contentio* (a primeira mais informal/*familiaris* e a segunda mais formal): Para as cartas edificantes a *ars Dictaminis*, e para as *bijuelas* um estilo mais coloquial, baseado na antiguidade clássica.¹⁴ Os humanistas chamavam esse estilo flexível de *ars epistolandi*, que possibilitava ao autor da escrita escrever de acordo com a ocasião. Para ajudá-lo na organização da escrita epistolográfica e na redação final do texto das *Constituições*, Loyola contou com o valoroso trabalho do padre jesuíta Juan Alphonso de Polanco. Foi Polanco quem estruturou o arquivo geral da Companhia – o *Archivum Romanum Societatis Iesu* (ARSI).¹⁵

Desde a sua chegada na Companhia, Polanco demonstrou grande preocupação com o fluxo e arquivamento das correspondências, bem como com o formato e conteúdo das cartas. Para ele, era necessário registrar quais informações deveriam constar nessas cartas, definir os assuntos a serem tratados entre seus pares, estabelecendo uma rede de informações realmente eficiente. Polanco cuidou também para que essas correspondências tivessem a mais ampla divulgação possível, principalmente aquelas com inegável apelo de edificação religiosa contido nos relatos dos missionários, contribuindo para o fortalecimento da fé católica nas regiões em que o movimento reformista crescia. Afinal, esses relatos representavam um importante instrumento de promoção do trabalho desenvolvido pela *Companhia de Jesus* e legitimavam o seu poder dentro da Igreja. “Os relatos exaltavam as virtudes e a importância da atividade missionária; eram lidos nas cortes, na Cúria Papal e nas casas dos jesuítas”.¹⁶

O trabalho desenvolvido por Polanco para manter essa complexa rede de informações era realizado com a ajuda de um pequeno grupo, que o auxiliava no recebimento, classificação e distribuição das cartas. Que não eram poucas, pois, conforme previa as normas estabelecidas nas *Constituições*, as Cartas deveriam ser enviadas a cada quatro meses. Somente, a partir de 1565, foi definido pela Congregação Geral que as cartas de edificação e de notícias deveriam ser enviadas anualmente, passando a ser, em função disso, chamadas de cartas anuais.

¹³ PÉCORA, Alcir. *Arte das Cartas jesuíticas do Brasil*, p. 36.

¹⁴ _____. *Arte das Cartas jesuíticas do Brasil*, p. 38.

¹⁵ BRANCO, Mário Fernandes Correia. *Para a maior glória de Deus e serviço do reino*, p. 17.

¹⁶ EISENBERG, José. *As Missões jesuíticas e o pensamento político moderno*, p. 57.

À frente do controle de toda correspondência que chegava à sede dos inicianos em Roma, Polanco agia como um ‘autêntico filtro’, classificando as cartas trocadas entre os membros da Companhia, para depois distribuir as suas cópias. Segundo Branco, alguns pesquisadores imputaram a ele o corte nos textos originais de algumas cartas, conforme relata:

Sua atenção sobre o conteúdo das cartas era absoluta, pouca coisa escapava aos seus olhos zelosos e atentos. Movido, quem sabe, por escrúpulos excessivos, Polanco suprimiu trechos preciosos das cartas dos missionários recebidas em Roma, nas quais estes haviam deixado registradas suas impressões e percepções sobre a terra e a gente que encontravam em seu trabalho de evangelização nos confins da cristandade. Por outro lado, não se pode negar que estes relatos estivessem inevitavelmente matizados por uma visão etnocêntrica, para não dizer mais especificamente europocêntrica.¹⁷

Mas, podemos entender esse ‘cortes’ como condizentes com o momento pelo qual passava a *Companhia de Jesus*: uma jovem ordem religiosa, que fazia um trabalho missionário inovador e que qualquer mal entendido poderia destruir a sua imagem. O próprio fundador da Companhia, Inácio de Loyola, já havia sido preso e processado algumas vezes pela Inquisição, sob a acusação de *alumbramento*. Os Exercícios Espirituais criados por Loyola eram muito semelhantes com os métodos dos alumbrados, que pregavam a união espiritual com Deus através da iluminação da alma e orações mentais. Para a Igreja essa religiosidade introspectiva ia contra os seus dogmas, que determinava que a devoção só poderia ser mediada pela Igreja e os sacramentos. Segundo Franco, o modo de vida de seu fundador e dos seus companheiros foram colocados em causa desde antes da fundação da Companhia, a partir de um fenômeno conhecido como “antijesuítismo”.

A biografia militar e o modo de vida austero de Inácio de Loyola e do seu primeiro grupo de seguidores incomodaram o *statu quo* religioso da época, não deixando de despertar reações. Não é excessivo afirmar que o antijesuítismo começa por ser, em primeiro lugar, um anti-iniguismo ou antiloioilismo.¹⁸

Colocando a oposição aos jesuítas como já presente nos processos contra Inigo, antes que existisse a Companhia e antes que este se tornasse Inácio, o que só ocorreria em Roma, Franco realça o comportamento típico de muitos setores católicos do século XVI, em especial na Espanha, que muito bem poderia ser classificado como neofobia, ou ao menos uma desconfiança *a priori* de qualquer mística distinta das práticas mais corriqueiras.¹⁹

Nesse sentido, qualquer descuido poderia representar um grande prejuízo para o desenvolvimento da ação missionária da *Companhia de Jesus* nas colônias conquistadas pela

¹⁷ _____, *Para a maior glória de Deus e serviço do reino*, p. 25.

¹⁸ FRANCO, José Eduardo. *O mito dos jesuítas, em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI e XVII)*. Volume I das origens ao Marquês de Pombal. Lisboa: Gradiva, 2006, p. 57.

¹⁹ Quanto a esse sentimento de desconfiança contra o novo, em especial em matéria de mística, podemos lembrar as perseguições a São João da Cruz e a Santa Teresa d’Ávila como exemplos do século XVI que também dão conta desse sentimento.

Monarquia católica. Como representantes do Papa, a ordem inaciana deveria estar acima de quaisquer suspeitas. Por isso, o secretário Polanco agia com muito cuidado em relação às correspondências que chegavam de todas as regiões em que havia trabalho missionário desenvolvido pelos jesuítas. A Companhia estava sob constante suspeita, e a Inquisição estava à espreita, movida pelo sentimento de desconfiança descrito, investigando não somente infiéis, mas também às ordens religiosas e seus seguidores. O Santo Ofício estava “caçando os seus demônios.”

Outro aspecto importante a ser destacado, é a rigorosa censura contra a palavra escrita praticada pelos tribunais espanhóis e portugueses, especialmente em Portugal.²⁰ Por isso, as correspondências vindas das colônias portuguesas representavam motivo de grande preocupação para Polanco, tanto que suas intervenções também atingiram as cartas enviadas do Brasil. Em 1553, para evitar maiores problemas com a escrita das cartas portuguesas, Polanco enviou uma carta para Manoel da Nóbrega, provincial da colônia portuguesa na América, expondo os critérios a serem utilizados na redação das correspondências, aproveitando também para reclamar da falta de freqüência das cartas e solicitar algumas informações sobre o andamento do trabalho missionário no Brasil.

E quanto ao que se deverá escrever direi aqui os pontos que deverão abordar. Nas cartas que poderão ser mostradas [aos de fora], se dirá em quantas partes existem residências da Companhia, quantos vivem em cada uma delas e em que se ocupam, tocando-se no que seja assunto de edificação; também como se vestem, de que se alimentam e como estão alojados além de discriminar o trabalho que cada um executa. Quanto à região em que habitam, deve-se informar o clima e a temperatura. Quanto á vizinhança [nativos], quem são, como se vestem, de que se alimentam, como são suas casas, quais são os seus costumes, quantos cristãos pode haver entre eles, quantos do gentio e quantos são mouros. E, por fim, como a outras pessoas se escreve por curiosidade, dando-lhes muitas informações particulares, o mesmo se faça com nosso Padre Mestre, para que melhor se saiba como prover, e também se satisfará a muitos senhores principais, devotos, que desejam saber algo sobre o que acima indiquei.²¹

A queixa de Polanco tinha procedência, pois as cartas não tinham uma boa freqüência, e isso não se devia a falta de interesse dos jesuítas em se comunicar com seus superiores ou às normas que determinavam a periodicidade das cartas, mas principalmente a pouca disponibilidade de uma boa rede de comunicação e transporte. É certo que havia uma recomendação para que os provinciais enviassem as cartas com maior regularidade para Roma,

²⁰ Ainda de acordo com Boxer, “No Brasil, a Inquisição portuguesa não chegou a estabelecer um tribunal, mas enviava visitantes para observar possíveis desvios de conduta e doutrinas suspeitas. Por causa disso, os missionários portugueses no Brasil tinham de enviar seus catecismos, gramáticas e dicionários a Portugal para censura, impressão e publicação”. Cf.: BOXER, Charles R. *A Igreja militante e a expansão Ibérica 1440-1770*. São Paulo: Companhia das letras, 2007, p. 107 e 114.

²¹ LEITE, Serafim. *Cartas do Brasil e mais escritos do padre Manuel da Nóbrega. (Opera Omnia)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000, p. 514.

afim de que possíveis dificuldades no trabalho missionário pudessem ser rapidamente solucionadas. Mas havia ainda o problema com a circulação dessa correspondência, que deveria levar em conta o tempo e a distância entre um lugar e outro. Segundo Eisenberg, mais de 600 cartas foram escritas entre os anos de 1549 e 1610, uma média de 10 cartas por ano.²² Poderiam ser mais se não fossem os transtornos com o transporte e o tempo de viagem.

Para que essas cartas chegassem aos seus destinos, o provincial tinha que considerar as dificuldades com o transporte da região por via terrestre e a travessia oceânica, levando em conta os obstáculos comuns desse tipo de viagem: tempestade, naufrágios e ataques piratas. Devido a dificuldade com o transporte transoceânico, o tempo de viagem poderia levar mais de seis meses até que uma correspondência chegasse ao seu destino. Para evitar que essas correspondências se perdessem, era recomendado que a mesma carta fosse enviada com cópias, podendo seguir um destino diferente para que pelos menos uma delas não se perdesse.

No caso das províncias mais distantes, para onde muito missionários eram enviados, como é o caso da colônia portuguesa no Brasil, Roma não dispunha de muito conhecimento para tomar as decisões sobre as práticas a serem adotadas pelos missionários nesses locais. Cabia aos irmãos e padres jesuítas através das correspondências prestarem essas informações. Em carta enviada ao padre Geral, Anchieta já alertava para a falta de um transporte regular e as dificuldades de comunicação

No ano de 1558, no fim do mês de Maio escrevi, Reverendo em Cristo Padre, o que se passou, assim acerca de nós outros, como da conversão e doutrina dos índios, e de então a esta hora, nunca achámos ocasião de poder escrever, visto neste último tempo não partir daqui navio algum, porque mais é para se compadecer de nós outros, que para se irar, que tanto tempo carecemos das cartas dos nossos Irmãos, e vimos a tanta falta, que até para dizer missa, nos faltou vinho por alguns dias.²³

Na verdade, a maior preocupação em relação a essa freqüência irregular das cartas era com a diluição do poder central em relação às províncias. O controle sobre as províncias se fazia através dessas cartas, a partir das notícias que chegavam e que dependiam das decisões do poder central para possíveis soluções. Por isso, como esse ciclo de troca de correspondências²⁴ demorava por vezes mais de meia década para ser completada, muitas vezes as decisões eram tomadas pelos próprios provinciais, sem a ciência do poder central em Roma.

²² EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*, p.48.

²³ ANCHIETA, José de. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. XI — *Carta de S. Vicente (1560)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 144.

²⁴ Segundo determinação de Inácio de Loyola, para ser completo o Ciclo de troca de correspondências deveria ter a seguinte constância: os reitores dos Colégios e propósitos locais deveriam escrever aos provinciais sempre que fosse possível ou necessário, devendo escrever ao Geral duas vezes por ano. Os provinciais deveriam escrever ao Geral sempre que houvesse navegação. Os missionários deveriam escrever aos provinciais uma ou duas vezes por semana e uma carta anual ao Geral, as Cartas Anuas. Unindo a “cabeça” (o Geral) aos membros (os missionários).

A frequência irregular das cartas também prejudicou a comunicação entre Roma e a missão no Brasil, fazendo com que muitas vezes os missionários tivessem que agir, sem esperar a determinação de seus superiores. Devido a essa dificuldade na comunicação, decisões foram tomadas adaptando o ‘modo de proceder’ da Companhia à realidade da missão no Brasil. Nesse novo ambiente, longe de Roma e sem o retorno de seus superiores através das cartas, os jesuítas tiveram que revisar suas práticas de conversão, decidindo entre seus membros como agir diante das adversidades, muitas vezes discordando do modo de proceder determinado por Roma. Nos relatos de Nóbrega e Anchieta muitas vezes tornam-se evidentes essa discordância entre o Geral e os missionários que estavam à frente da província. Preocupado em desenvolver um trabalho temporal e espiritual que sustentasse a ação evangelizadora na província, Nóbrega em carta a Inácio de Loyola, em 1556, expressou o seu descontentamento em relação as determinações da Companhia.

E nestes termos nos tomaram as Constituições, que este anno de 56 nos fez Nosso Senhor mercê de no-las mandar, pelas quaes entendemos não devemos ter cargo nem gente para doutrinar na fé; ao menos em nossa conversação tão bem não poderem os Irmãos ter bens temporaes nenhuns, si não fôr collegio. Para transformar a casa de São Paulo de Piratinin em Colégio, não dá, afinal o ferreiro que trabalha nela é velho e doente, as vacas foram adquiridas para os meninos da terra e são suas, e a esmola D’El Rei é incerta. Se for casa, não dá para se viver de esmolas naquele lugar, pois a gente é miserável.²⁵

Ao analisar as cartas desses missionários em terras tão distantes, identificamos não somente o teor edificante e as informações necessárias para o bom funcionamento da Companhia, mas as relações de poder existentes dentro da Ordem criada por Inácio de Loyola. Dentro da hierarquia da Companhia, o provincial era designado pela sede dos inacianos em Roma para ficar a frente do trabalho missionário nas províncias. Ele governava todas as casas, os Colégios e as Residências dos padres, mas cada casa tinha o seu superior. O poder do provincial era temporário, seu mandato era de apenas três anos e a sua autoridade em relação à província era restrita. Como o poder era “colegial”, o provincial deveria consultar seus conselheiros para discutir os problemas locais e buscar as possíveis soluções, para depois apresentá-las a Roma. Mas como observamos, muitas vezes Roma tomava conhecimento dos assuntos da província meses depois. O que dificultava uma ação rápida e efetiva, e facilitava uma certa autonomia de decisão por parte do provincial.

Em relação às correspondências, os provinciais como Nóbrega e Anchieta tinham um poder limitado em relação a circulação das cartas, o que fica evidente ao se observar o monopólio que Roma tinha sobre toda a informação que se originava dessas províncias. O provincial não

²⁵ NÓBREGA, Manoel da. *Cartas jesuíticas 1. Cartas do Brasil 1549-1560*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1931, p.153.

estava autorizado a ler as cartas enviadas pelo padre Geral a algum membro da sua província, nem ler as cartas enviadas pelos padres locais ao Geral.

Nesse contexto, as cartas nos revelam como eram estabelecidas as relações de poder na *Companhia de Jesus*, entre o Centro e as províncias, em que o Geral deveria “ser, para todos os membros da Companhia, a cabeça, de quem emana sobre todos eles o impulso que é necessário para o fim que a Companhia persegue”.²⁶

Sendo assim, podemos concluir que a correspondência epistolar é uma das chaves centrais do sistema jesuíta. Responsável por sustentar a união administrativa do grupo, de ser um importante agente unificador, com forte conotação espiritual, mas também com grande poder de informação, as cartas visavam a comunhão dos membros da Companhia no amor a Deus, e por isso deveriam conter mensagens edificantes e consoladoras, criando uma espécie de identidade de grupo. Além disso, elas eram importantes para que fosse realizada uma adaptação das regras da Companhia às condições locais.

Grosso modo, a correspondência entre os jesuítas cumpre suas funções iniciais e nos fornece muitas informações sobre o trabalho missionário realizado nessas províncias, sendo uma fonte de indiscutível importância para o historiador que busca informações a respeito dos fatos, do imaginário e dos sentimentos que permeiam a vida dos missionários da *Companhia de Jesus*. Como afirma Hansen

São práticas que evidenciam os atos da invenção do agente histórico da correspondência e o éthos aplicado por ele a anúnciação como decoro estilístico adequado à conformação dos destinatários e assuntos determinados. Não são mera técnica aplicada do exterior, mas categorias de pensamento que modelam a *forma mentis* dos agentes da correspondência. Como imitação verossímil de discursos das instituições portuguesas contemporâneas, dramatizam enunciados teológicos-políticos da *devotio moderna* da Companhia na Conquista.²⁷

Como podemos observar, a correspondência epistolar tinha a função de manter a unidade do grupo, reforçada pela idéia de pertencimento, de manutenção do éthos, estabelecendo “uma rede horizontal de relações, ligando entre si aqueles que foram divididos”.²⁸ Nesse sentido, Inácio de Loiola sempre teve um grande empenho para que as informações e trocas de cartas também fossem responsáveis pela união dos membros da *Companhia de Jesus*. Seria de sua autoria a escrita de mais de sete mil cartas, que teria redigido até a sua morte em 1556. Em carta enviada ao

²⁶ *Constitutions*, VIII, cap. II, § 666, p. 563.

²⁷ HASSEN, João Adolfo. *O nu e a luz: cartas jesuíticas do Brasil*, p. 88.

²⁸ CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620*. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 73.

padre Pedro Fabro, em 10 de dezembro de 1542, Inácio comenta sobre a importância das cartas para a união da Companhia e faz recomendações sobre a sua escrita.

Neste ponto, para ajudar-me a não errar, direi o que faço e espero fazer daqui por diante, no Senhor, ao escrever aos membros da Companhia A carta principal escrevê-la-ei uma vez, narrando factos edificantes; depois, relendo e corrigindo e ainda pensando em todos os leitores dela, volto a escrever, atendendo melhor ao que se declara. Porque a escrita fica e dá testemunho, sem se poder corrigir e explicar facilmente como quando se fala.²⁹

Seus conselhos foram enviados com cópia para todas as casas, tornando-se um importante instrumento de preservação da escrita epistolar e manutenção da unidade da Companhia. Nos arquivos da ordem inaciana várias são as cartas preservadas que prestam um testemunho de uma história vivida. Cartas que servem, como poucas outras fontes, para entender o pensamento desses homens em seu tempo e reconstruir um olhar sobre a experiência por eles vivida.

²⁹ LOYOLA, Santo Inácio. *Carta ao PE. Pedro Fabro*, p. 254.